



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

Exmo. Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores,

Exmo. Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, em representação de Sua Exa. O presidente do Governo Regional dos Açores,

Excelências;

Exmo. Senhor Presidente do Tribunal da Contas,

Exmo. Senhor Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas,

Excelências;

Exmos. Senhores Antigos Presidentes do Governo Regional dos Açores,

Exmos. Senhores Juízes Conselheiros,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada,

Exmas. Autoridades e demais entidades aqui presentes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

Em dia de festa maior, manda a praxe começar esta minha intervenção por felicitar a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas por este 35º aniversário, cumprimentando de forma especial o seu atual responsável, Juiz Conselheiro José Manuel de Araújo Barros, e saudando também todos aqueles que fizeram parte deste percurso, cujos primórdios remontam à fundação da própria Autonomia Regional, que este ano assinala os seus 45 anos.

A criação, em 1981, da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, ainda que com entrada em efetivo funcionamento apenas em 1986, foi um marco importante no processo de construção autonómico.

Desde a emissão do primeiro parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, em 1989 – relativo ao ano económico de 1987 – muito caminho tem sido percorrido, ao longo do qual as relações entre o Tribunal de Contas e as instituições autonómicas tem vindo a intensificar-se.

Sou testemunha direta de uma parte desse percurso, enquanto membro da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e agora seu Presidente, cabendo-me a obrigação de aqui confirmar e enaltecer



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

o bom relacionamento institucional que existe entre o Tribunal de Contas e a Assembleia.

Seja pela absoluta concordância, ou até mesmo graças a algumas discordâncias pontuais, a verdade é que essa estreita cooperação tem melhorado o funcionamento do nosso Parlamento e, ao mesmo tempo, tem permitido a evolução de todos nós, atores e intervenientes deste sistema político-jurídico, mas também da própria Autonomia Regional dos Açores.

Não olhamos para o Tribunal de Contas como um adversário, muito menos como um inimigo, mas antes com o devido respeito pelas suas funções, como deve ser num verdadeiro Estado de Direito.

Numa democracia, o escrutínio exercido pelos órgãos fiscalizadores é determinante para a boa e rigorosa aplicação dos dinheiros públicos e para o bom desempenho dos Órgãos Governativos. Não querer entendê-lo é negar profundamente os fundamentos da própria Democracia.

Exorto, por isso, a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas a aprofundar a sua ação, com o devido rigor e independência, e a tudo fazer para dar maior celeridade aos processos que dela dependem.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

Sem pôr minimamente em causa o princípio da separação de poderes, a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas tem sabido ser parceira deste percurso autonómico.

É fundamental que a sua ação continue a permitir aprofundar e aperfeiçoar os mecanismos que melhor servem o Povo dos Açores. É, afinal, para isso que aqui estamos todos, respeitando o lugar e as competências de cada órgão e assumindo a complementaridade das nossas atuações.

Desenganem-se aqueles que julgam que uns têm de se diminuir para que outros melhor atuem ou se afirmem. Em democracia, é precisamente ao contrário!

Exerçamos todos as nossas funções com rigor, isenção e competência. Sempre respeitando e cultivando o devido tempo para a crítica, para o contraditório e para a divergência. Mas simultaneamente tudo fazendo para que exista igualmente tempo para o diálogo, para o compromisso e para a convergência.

Faz todo o sentido lembrar estes alicerces no aniversário da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para relevar o seu papel e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

importância, tal como é igualmente oportuno referi-lo neste tempo particularmente especial que vivemos nos Açores.

Não tenhamos medo das suas muitas particularidades, porque este tempo especial é democrático e legítimo e, ao contrário do que muitos pensam, tem sido um verdadeiro terreno fértil para aplicar na máxima plenitude os valores que caracterizam uma democracia madura.

Em tempos difíceis e controversos como os que temos vivido, o fortalecimento das instituições constitucionais e democráticas é o único caminho a seguir, e deve constituir o desígnio estratégico da nossa atuação.

Da mesma forma que exorto o Tribunal de Contas a aprofundar a sua ação fiscalizadora, procuro todos os dias, e em coerência, melhorar as condições para o Primeiro Órgão da Autonomia exercer também a sua nobre missão de fiscalizar a ação governativa. Uma missão na qual não podemos vacilar. A bem do prestígio da ALRAA e do sucesso da ação governativa, nenhum deputado pode prescindir dessa função.

A premência desta fiscalização, quer pela parte da Assembleia quer pela parte do Tribunal de Contas, ainda que em planos diferentes, ganha mais atualidade e importância com a exigência de aplicarmos bem os



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

fundos financeiros que nos chegam, e vão continuar a chegar, da União Europeia, seja no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, seja do novo quadro financeiro plurianual.

Esta não é uma preocupação só de hoje. Ainda em março o disse, aquando da tomada de posse do Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores, defendendo então a necessidade da própria Assembleia Legislativa “ver reforçada a sua capacidade de fiscalização neste domínio, criando, caso seja necessário, os instrumentos para o efeito, mas assumindo também um grau de exigência maior para com a ação governativa”.

Em boa hora o Parlamento dos Açores ouviu e deu seguimento a essa preocupação, tendo já aprovado a criação de um Grupo de Trabalho para o Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Fundos Europeus na Região Autónoma dos Açores.

Mantenho e reforço este entendimento, na esperança de que todo esse trabalho de fiscalização, tanto do Parlamento como do Tribunal de Contas, seja mais uma garantia da boa aplicação desses fundos, permitindo transformar os Açores numa região económica e socialmente mais rica e mais sustentável.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

Em diversos níveis e funções, temos todos essa responsabilidade. Saibamos exercê-la dignamente, pois só assim conseguiremos estar à altura das circunstâncias excepcionais que vivemos.

Disse.

Ponta Delgada, 3 de novembro de 2021